

Fraternidade Reformada Mundial

Declaração de Fé

Prefácio: Dr. Samuel Logan

Diretor Internacional da Fraternidade Reformada Mundial

Quando um projeto tão importante quanto o desta Declaração de Fé chega finalmente a estar pronto, a reação natural (e plenamente cristã) é a de regozijo. Portanto, alegramo-nos que o Senhor o tenha conduzido até ser finalizado. E, com certeza, Ele é quem fez isto.

Com a mesma certeza, Ele usou muitos de Seus servos neste processo. A maioria é mencionada a baixo. Mas quem não é mencionado é o autor desta “Introdução”.

Andrew McGowan investiu horas incontáveis neste projeto durante todo o processo, desde a sugestão original no ano 2000 para que se preparasse a Declaração até o documento final. Ele tomou a iniciativa de cuidar para que o trabalho necessário fosse realizado em todas as fases do projeto e, devido ao que fez, o projeto foi agora concluído.

Mas a liderança de Andrew não foi eficaz só por ele ter tomado a iniciativa. Ele administrou o processo com paciência e sabedoria, muitas vezes fazendo valer na discussão sua própria expertise teológica extraordinária (Reformada e evangélica). Andrew nem sempre “prevaleceu” em muitos dos debates que caracterizaram o trabalho da Comissão Teológica da FRM. Mas sempre assegurou que as questões de importância crítica fossem plenamente consideradas e demonstrou a espécie de graça que o documento celebra ao levar as discussões, às vezes calorosas, a uma conclusão criteriosa, bíblica e absolutamente Reformada.

Em nome do Conselho Diretor da Fraternidade Reformada Mundial e em nome de todos os seus membros digo a Andrew McGowan: “Muito obrigado. Obrigado pelo trabalho extremamente bem feito!”.

Dr. Samuel Logan
Diretor Internacional
Fraternidade Reformada Mundial

Introdução

Na Assembléia Geral que inaugurou a Fraternidade Reformada Mundial, no ano 2000 em Orlando, Flórida (EUA), propus que a recém-formada FRM servisse à Igreja escrevendo uma nova Confissão de Fé para o século 21. Havia três razões por que eu acreditava que esse seria um projeto proveitoso.

A primeira razão era que os membros da FRM procediam de muitas nações e de muitas denominações e usavam toda uma variedade de declarações confessionais. O que incluía a Confissão Escocesa, a Confissão Belga, o Catecismo de Heidelberg, os Trinta e Nove Artigos, os Cânones de Dort, a Confissão de Fé de Westminster, a Declaração de Savoy, além de outros documentos. Ao mesmo tempo, havia a concordância geral de que todos éramos “Reformados” na teologia. E uma vez que todos éramos Reformados, seria possível produzir certamente uma declaração confessional coletiva?

A segunda razão era a necessidade de uma declaração confessional que tratasse das questões que a igreja enfrenta hoje. Todas as nossas confissões foram escritas nos séculos 16 e 17 sendo em grande medida elaboradas para defenderem a fé reformada contra o catolicismo romano medieval e, no caso das últimas, contra o arminianismo. Nenhuma das confissões trata das questões principais que têm confrontado a igreja ao longo dos séculos 19 e 20, tais como o Liberalismo, o Pluralismo e o Pós-modernismo.

A terceira razão era que todas as nossas confissões foram escritas na Europa Ocidental, ao passo que a liderança na igreja global se deslocou agora para o hemisfério sul. Pensei que seria interessante ver o que aconteceria quando os eruditos da África, Ásia, Austrália e América do Sul se juntassem aos teólogos da Europa e da América do Norte ao se envolverem em tal tarefa. Os teólogos europeus e estadunidenses exerceram papel dominante na igreja mundial nos séculos recentes, pareceu correto que deveríamos agora trabalhar conjuntamente com os teólogos do sul global.

A primeira Assembléia Geral autorizou que o projeto fosse adiante. Infelizmente, não havia recursos disponíveis para reunir eruditos do mundo inteiro para realizarem a tarefa. Finalmente, na Assembléia Geral na África do Sul, em 2006, a FRM constituiu uma Comissão Teológica e instruiu a equipe dos especialistas designados para empreenderem a tarefa de escrever uma nova Declaração de Fé. Os membros da Comissão Teológica que levaram a cabo esse trabalho foram os seguintes (em ordem alfabética por sobrenome): Dr. Pierre Berthoud (França); Dr. Gerald Bray (Inglaterra); Dr. Flip Buys (África do Sul); Dr. Leonardo de Chirico (Itália); Dr. Wilson Chow (Hong Kong); Dr. Victor Cole (Kenya); Dr. Allan Harman (Austrália); Dr. Peter Jones (Estados Unidos) USA; Dr. In Whan Kim (Coreia do Sul); Dr. Julius Kim (Estados Unidos); Dr. Samuel Logan (Estados Unidos); Dr. Augustus Nicodemus (Brasil); Dr. Andrew McGowan (Escócia); Dr. David McKay (Irlanda do Norte) e Dr. Steven Tong (Indonésia).

Dois desses homens merecem comentário especial. Allan Harman foi o secretário da Comissão Teológica durante todo o projeto e fez grande parte do trabalho. Gerald Bray serviu como editor, para garantir um estilo uniforme.

Aqui, devemos também expressar a gratidão da Fraternidade Reformada Mundial ao Dr. Robert den Dulk. Foi Bob quem tornou esse projeto possível com o seu apoio generoso. Foi também um vigoroso encorajamento para nós nos dias iniciais do trabalho. É um grande dissabor que ele não esteja mais conosco para ver o trabalho terminado.

Nosso método de trabalho foi primeiro, identificar os tópicos a serem tratados; segundo, alocar esses tópicos a dois ou três membros da Comissão; terceiro, discutir as seções propostas escritas pelos pequenos grupos e depois enviá-los para serem editados adequadamente; quarto, revisar as seções na próxima reunião da Comissão. A maioria das seções passou pelo menos por três interações antes que se chegasse ao texto final.

Quando estava pronta, a Declaração de Fé foi apresentada à Assembléia Geral da FRM na Escócia, em abril de 2006. Na ocasião, emitiu-se o convite a todos os membros da FRM para que sugerissem quaisquer mudanças ou acréscimos ao texto, sob a condição de serem enviados até outubro de 2010. Recebeu-se um considerável número de propostas, que foram cotejadas e passadas à Comissão Teológica em janeiro de 2011. Em março de 2011, a Comissão Teológica reuniu-se na Quarta Igreja Presbiteriana, em Betesda, Maryland (EUA). Durante a reunião, examinamos sistematicamente cada proposta recebida e a Declaração foi devidamente emendada. Naturalmente, não acatamos toda mudança proposta, mas cada uma delas foi cuidadosamente considerada. A versão alterada foi apresentada ao Conselho Diretor da FRM no dia seguinte. Depois de mais algumas modificações triviais, a Declaração foi aprovada pelo Conselho. É essa Declaração, do modo como foi aprovada em 31 de março de 2011, que é apresentada aqui. Escrita a pedido da Assembléia Geral da FRM e agora aprovada pelo Conselho Diretor da FRM, a Declaração de Fé será apresentada nesta forma final à próxima Assembléia Geral da FRM.

Há dois pontos importantes a destacar ao apresentarmos a Declaração de Fé à igreja. Primeiro, a Declaração de Fé não visa a substituir as declarações confessionais das denominações que integram a membresia da FRM. É uma Declaração adicional que pode ser usada por indivíduos e igrejas ao refletirem acerca da natureza da Teologia Reformada e de suas implicações nas questões teológicas e morais que confrontam a igreja no século 21. Segundo ponto, a afirmação da Declaração não pretende ser um requisito para ser membro da FRM. A próxima Assembléia Geral da FRM poderá decidir por acrescentá-la à lista atual de declarações confessionais, uma das quais os candidatos a membro devem afirmar, mas isso é assunto para a Assembléia Geral.

Todos nós que servimos na Comissão Teológica fomos beneficiados pela experiência e aprendemos muito. Os debates sobre pontos doutrinários foram estimulantes e aguçaram nossa mente. A fraternidade de que partilhamos foi grandemente valorizada, mesmo quando discordávamos, e formaram-se amizades que durarão o resto da vida. Acima de tudo, havia o senso de compromisso com um propósito comum. Pessoalmente falando, percebi mais do que nunca o quanto o Iluminismo condicionou a teologia das igrejas na Europa e na América do Norte e senti-me desafiado e humilhado pelos meus colegas do sul global, a quem devo muito.

Creio que o trabalho que fizemos será valioso e útil à Igreja, não apenas como ferramenta para promover o estudo de questões doutrinárias e para educar as pessoas na fé Reformada. Por favor, usem-na e estimulem os outros a usá-la.

Rev. Professor A. T. B. McGowan

Presidente da Comissão Teológica da FRM

Declaração de Fé da FRM

I. A doutrina de Deus

1. A identidade do Criador

Creemos em um único Deus, o criador, sustentador e governante de tudo que existe. Pelos seus decretos eternos, ele estabeleceu o universo e governa-o conforme a sua vontade soberana. Não existe nenhum ser maior e nenhum ser tem o poder de afetar, modificar ou diminuir sua soberania sobre a sua criação.

2. O Criador e suas criaturas

Deus comunica sua presença e seu poder a todas as suas criaturas, mas em particular à raça humana, que ele fez segundo a sua própria imagem, tanto o macho como a fêmea. Quanto ao ser, há igualdade básica entre homens e mulheres, mas com diferenças, de sorte que as vocações de homens e mulheres não são intercambiáveis, mas complementares. Embora não haja em Deus nenhuma distinção de gênero, ele se revela a nós essencialmente em termos masculinos e seu Filho encarnou como homem.

3. A autorrevelação do Criador a todos os seres humanos

Deus é um ser pessoal e se revela em termos pessoais. Nos tempos antigos, ele falou a muitos povos diferentes de maneiras muito diferentes. Suas palavras foram acompanhadas e suas promessas foram cumpridas por ações, que eram sinais do seu poder. Ao falar aos seres humanos, ele revelou-lhes tanto a si mesmo como seus propósitos na expectativa de que cumprissem pela obediência tudo quanto lhes ordenou que fizessem.

A ordem natural dá testemunho da existência, poder e majestade do seu criador divino, de maneira que ninguém tem desculpa para não acreditar nele. Revelação geral é a expressão empregada para descrever as maneiras como Deus revela a si mesmo a todos os seres humanos sem exceção, na natureza, na história e na consciência. A revelação geral é suficiente para nos conscientizar da existência e do poder de Deus, bem como de nossas responsabilidades diante dele, mas não é suficiente para nos conduzir à salvação. A revelação especial é necessária porque, como criaturas caídas, somos espiritualmente cegos e espiritualmente mortos. O verdadeiro conhecimento de Deus se dá quando somos capacitados por Deus a ver e a entender a verdade da sua autorrevelação.

Em razão de os seres humanos serem criados à imagem do Deus pessoal, tanto Deus como os seres humanos são pessoais. Eles pensam e se comunicam uns com os outros de maneiras que podem ser expressadas na linguagem humana. Por causa dessa relação, os seres humanos podem chegar ao conhecimento tanto da realidade visível como da invisível e são capazes de usar conceitos derivados desta para desenvolver e transformar aquela. Como parte da criação visível, os seres humanos vivem em interdependência com todas as outras criaturas materiais, mas por serem criados à imagem de Deus, têm consciência da sua condição e são capacitados a buscar sentido no restante da ordem criada e a exercer domínio sobre ela.

O conhecimento humano é pessoal e vai da competência para adquirir e catalogar detalhes

factuais à capacidade de analisá-los para chegar ao entendimento de seu sentido e propósito mais profundos. Em virtude disso, os seres humanos são responsáveis pela criação que lhes foi confiada e devem prestar contas a Deus pela maneira como se relacionam com ela. O conhecimento humano é objetivamente limitado pela finitude da criatura e subjetivamente pela rejeição a Deus, o que levou a um estado de pecaminosidade radical. A capacidade objetiva para adquirir conhecimento e entendimento permanece nos seres humanos a despeito da sua queda no pecado, mas o efeito disso é tão grande que é impossível a qualquer ser humano ou sociedade cumprir o mandato da criação da maneira original pretendida por Deus.

4. A autorrevelação do Criador ao seu povo da aliança

Deus deu-se a conhecer mais plena e completamente ao seu povo da aliança, com o qual estabeleceu um relacionamento especial. Deus se revela a essas pessoas pelo seu Espírito mediante a sua Palavra, a qual é viva (em Jesus Cristo), escrita (na Escritura Sagrada) e falada (na pregação).

A autorrevelação de Deus no Antigo e Novo Testamentos é exata e suficiente para os seres humanos o conhecerem, amarem e servirem. No entanto, tal conhecimento de Deus não poder ser completo, porque há muito acerca de Deus que não pode ser conhecido por nós e há certas coisas que podem ser conhecidas pela experiência, mas não podem ser plenamente expressadas em linguagem humana. Em si mesmo, Deus é sempre tão diferente de qualquer criatura sua que só somos capazes de falar a respeito dele afirmando o que ele não é: ele não é visível, não é mortal, nem pode ser abrangido física nem mentalmente. Todavia, ele tem características que os seres humanos podem reconhecer e expressar, e as tem em grau absoluto, pois é onisciente, totalmente sábio e onipotente. Essas características são identificáveis, mas não podem ser plenamente definidas nos limites da razão e lógica humanas. Podem ser apenas verdadeiramente conhecidas e entendidas mediante o relacionamento pessoal com Deus estabelecido pela fé no Senhor Jesus Cristo.

Deus falou de modo especial a Abraão, a quem prometeu que seria o pai de uma grande nação. Que lhe seria dada uma terra e que ele seria uma bênção para o mundo inteiro. Essas promessas foram renovadas ao seu filho Isaque e ao seu neto Jacó, ao qual foi dado o nome de Israel. Através dos descendentes de Jacó, Israel, a nação, tornou-se um povo especial cujo destino histórico era receber e transmitir a Palavra de Deus ao mundo e preparar-se para a vinda do Salvador divino. Essa Palavra foi dada por intermédio de servos escolhidos sendo finalmente preservada em textos escritos, que agora denominamos de Bíblia hebraica, ou Antigo Testamento. Aquilo que foi prometido e prenunciado nas Escrituras do Antigo Testamento foi cumprido posteriormente em Cristo. Embora muitas prescrições do Antigo Testamento, inclusive a adoração no templo e o sacrifício de animais, não sejam mais necessárias, seus princípios espirituais não foram abolidos. Esses princípios continuam válidos para os cristãos, que foram unidos ao povo de Israel com base na fé que partilhamos com Abraão. Os crentes cristãos formam uma família, o reino de Deus, que se estende até os confins da terra, e a pregação do evangelho cristão traz bênçãos a todo aquele que o ouve e nele crê. Aqueles que são etnicamente judeus, mas não aceitaram Cristo, não receberam a bênção prometida a seus ancestrais, mas, apesar disso, detêm um lugar especial no plano e nos propósitos de Deus, que serão plenamente revelados no final do tempo. A igreja, portanto, tem a obrigação de partilhar a mensagem de Jesus como Messias, Salvador e Senhor com o povo judeu. A incorporação deles na igreja cristã ocorre na mesma base dos não judeus.

5. O Pai, o Filho e o Espírito Santo formam uma Trindade de pessoas iguais

Em Jesus Cristo, Deus se revela como uma Trindade de pessoas, tornando o cristianismo singular entre as religiões monoteístas do mundo. Deus não é uma mônada solitária, mas uma Trindade de Pai, Filho e Espírito Santo, os quais vivem em comunhão pessoal para sempre. Por essa razão é que os seres humanos, que são criados à imagem e semelhança de Deus, têm noção da própria identidade pessoal e de relacionamento tanto com Deus como com os outros indivíduos. A distinção individual inerente à identidade pessoal, seja humana ou divina, está fundamentada nas características distintivas das três pessoas divinas, que subsistem eternamente no único Deus.

Pai, Filho e Espírito Santo são igualmente e plenamente Deus por si sós e não por derivação, transferência ou herança do Pai nem de ninguém mais. Eles partilham uma natureza divina comum e, por existir apenas um único Deus, é inadequado alegar-se conhecer uma das pessoas sem conhecer todas as três. As pessoas divinas se relacionam entre si de maneiras distintas a cada uma delas, mas todas são caracterizadas pelo denominador comum do amor. Porque ama o Filho, o Pai lhe deu toda autoridade no céu e na terra. Porque ama o Pai, o Filho se sacrificou voluntariamente por nós, para que pudéssemos viver com ele no céu, assim como o Pai deseja para nós. Porque ama o Pai e o Filho, o Espírito Santo veio ao mundo, não para falar principalmente de si mesmo, mas para testemunhar deles e nos trazer à sua vida comum. Finalmente, porque somos pessoas criadas à imagem de Deus, podemos receber seu amor, nos relacionar com ele nesse amor e manifestar esse amor em todas as nossas relações pessoais.

6. No Antigo Testamento, Deus fala na pessoa do Pai

No Antigo Testamento, Deus fala como uma pessoa, a quem o Novo Testamento equaciona com o Pai de Jesus Cristo, embora em Israel o termo “Pai” não fosse usado normalmente para se referir a Deus. No entanto, é evidente que o Deus do Antigo Testamento é tanto soberano como invisível de maneira que está plenamente de acordo com a pessoa do Pai, conforme revelada a nós por Jesus. O Pai é aquele cuja vontade Jesus (como Filho) veio para obedecer e cumprir e é a única pessoa da Divindade que continua sempre invisível e transcendente. O Filho e o Espírito Santo não são descritos com muitos detalhes no Antigo Testamento, mas são eternamente presentes em Deus e participam plenamente de todos os seus atos, de modo especial na grande obra da criação, e há muitas referências à pessoa e obra do Messias prometido, como também à obra do Espírito de Deus no meio do povo de Deus e no mundo todo.

7. Deus se revelou de maneira plena e total em Jesus Cristo

Deus falou plena e finalmente em Jesus Cristo, que cumpriu a antiga aliança feita com Israel e com todos os seus eleitos. Ele é ao mesmo tempo o profeta e a Palavra, o sacerdote e o sacrifício, o rei e o reino. Não é necessária nenhuma revelação adicional da parte de Deus, pois ele é Deus em si mesmo em carne humana. Em Jesus Cristo, Deus revelou a si mesmo como o Filho, o qual identificou a primeira pessoa como seu Pai e prometeu que, após a sua partida, enviaria a terceira pessoa, o “outro Consolador” a quem as Escrituras denominam de Espírito Santo. É, portanto, intrínseco ao ensino de Cristo que há três pessoas no único Deus.

8. Deus se revela a nós numa linguagem que podemos entender

Em razão de Deus condescender em usar linguagem humana, e em razão de a pessoa do Filho tornar-se homem, é possível falar a respeito dele com termos humanos. Os primeiros

discípulos poderiam ter descrito a aparência de Jesus, mas não o fizeram. O Novo Testamento não dá nenhum encorajamento para que se façam imagens ou esculturas dele, nem para auxílio à adoração nem para lembrança da sua presença na terra. Nenhuma imagem nem representação de Jesus têm em si mesmas alguma autoridade, e tais coisas não devem jamais se tornar objeto de veneração ou adoração, mas podem ser proveitosas de outras maneiras.

II. O Mal e o pecado

1. A Origem do mal

Deus fez todo o universo muito bom. Deus não é o autor do mal, e a sua santidade não é comprometida pela existência dele. O mal originou-se com a rebelião de Satanás e de alguns anjos. É evidente que o orgulho estava na raiz da sua queda. Os anjos caídos são denominados de demônios e são liderados por Satanás. Eles se opõem à obra de Deus e tentam frustrar os propósitos divinos. Apesar disso, Deus continua soberano sobre os poderes do mal e usa suas ações para levarem adiante o seu plano de salvação. Os demônios não devem ser adorados nem servidos de nenhuma maneira. Suas atividades subjazem às falsas religiões e Satanás cega a mente humana para a verdade.

2. O mal e a humanidade

O mal intrometeu-se na vida humana por meio do pecado dos primeiros seres humanos no Jardim do Éden. Adão é o ancestral de toda raça humana e por isso todo ser humano deve sofrer as consequências do pecado dele, que incluem o mundo desordenado e a morte física. Adão e Eva colocaram-se no lugar de Deus e prestaram obediência a Satanás. Sucumbir à tentação de ser igual a Deus tem consequências de profundo alcance. Roubar a Deus da glória que lhe é devida leva à eliminação da diferença estabelecida por ele e envolve a transgressão de invadir o domínio do divino, a ab-rogação das distinções entre homem e mulher ordenadas por Deus e a confusão entre seres humanos e animais. Ao se usar aquilo que é bom por razões erradas, o caos, a tensão e o sofrimento surgiram no meio da sociedade humana.

3. Os efeitos do pecado na vida humana

Os seres humanos conjugam forças com agentes sobrenaturais que têm produzido males tão terríveis como o genocídio, o abuso de poder, as guerras mundiais, vários tipos de terrorismo, homicídio psicopata, tráfico humano, abuso de drogas e violência de toda espécie. Sem subestimar e arruinar a importância dos seres humanos, essas formas ultrajantes do mal são difundidas e orquestradas por forças demoníacas cujo resultado é que os seres humanos podem ser divididos, destruídos e rebaixados ao nível de animais em seus pensamentos e comportamentos. O mal não visa apenas à destruição da criação e da imagem de Deus nos descendentes de Adão e Eva, mas também, à supressão da igreja e da verdade de Deus. Embora os demônios não se multipliquem, nem possam ser destruídos por humanos, somos assim mesmo chamados a resistir ao mal, à injustiça, à opressão e à violência que os demônios usam para seus propósitos, ao mesmo tempo em que aguardamos e oramos pelo retorno de Jesus Cristo, que porá fim a todas essas coisas.

4. A universalidade do pecado e suas consequências

Em Adão todos morreram e a morte se espalhou a todos porque todos pecaram. A raça humana inteira está comprometida com a queda e suas consequências: pecado, alienação,

violência, guerra, doenças, sofrimento e morte. Espiritualmente falando, todos os seres humanos estão mortos porque estão em rebelião contra Deus e apartados de suas bênçãos. Embora os seres humanos sejam capazes de descobrir muitas verdades, falta-lhes a estrutura necessária para entendê-las como aspectos da verdade de Deus. Como pecadores, recusam-se a aceitar as consequências da verdade que de fato possuem e em vez disso suprimem-na pelas suas perversidades. A morte física também está atuando neles até que voltem ao pó de onde foram tirados. A menos que Deus interfira graciosamente, a morte espiritual se converterá em morte eterna.

III. A pessoa e a obra de Cristo

1. A glória de Cristo

No centro do cristianismo está a pessoa de Jesus Cristo. Sua glória e majestade são de tal ordem que adorá-lo e exaltá-lo é o dever e o desejo de todo crente.

2. O Filho encarnado de Deus tem uma pessoa divina e duas naturezas

A pessoa divina do Filho de Deus, a segunda pessoa da Trindade, assumiu natureza humana completa no ventre da virgem Maria e nasceu como o homem Jesus de Nazaré. Ele agora tem duas naturezas, uma divina e outra humana, que permanecem íntegras e distintas em si mesmas, mas são ao mesmo tempo unidas na sua divina pessoa e por meio dela. Uma vez que a sua natureza divina, a qual compartilha com o Pai e o Espírito Santo, não pode sofrer nem morrer, o Filho adquiriu a natureza humana para poder pagar o preço do pecado humano e nos reconciliar com Deus. Na cruz, foi a pessoa do Filho, em suas duas naturezas, que sofreu e morreu.

3. O Filho encarnado de Deus é um ser humano de verdade

Como o encarnado Jesus de Nazaré, o Filho de Deus tornou-se ser humano de verdade. Ele possuía mente e vontade humanas e constituição psicológica normal, conservando ao mesmo tempo sua natureza divina. Ele foi tentado da mesma maneira que qualquer outro ser humano, mas não caiu em pecado.

4. O Filho encarnado de Deus foi perfeitamente capaz de nos reconciliar com seu Pai

O homem Jesus Cristo pôde assumir nosso lugar na cruz e pagar o preço do nosso pecado, não por causa de qualquer superioridade a nós, natural ou objetiva, mas porque era perfeitamente obediente a seu Pai e, portanto, sem pecado nenhum. Fazendo-se pecado por nós, ele pôde cancelar nossa dívida para com Deus sem incorrer em qualquer culpa que pudesse separá-lo de seu Pai. A obra redentora de Cristo assegurou a salvação de todos os que foram escolhidos nele antes da fundação do mundo.

5. A natureza da ressurreição do corpo de Cristo

Depois de dois dias na sepultura, Jesus de Nazaré ressurgiu dos mortos com a natureza humana transformada, mas ainda reconhecível. Seu corpo ressurreto era capaz de transcender as leis naturais da física, mas conservava ainda suas propriedades físicas. Na sua ascensão, esse corpo foi ainda transformado no estado celestial que ainda possui e foi elevado até Deus. Os seres humanos serão ressuscitados, não como o foi Jesus na primeira manhã de Páscoa,

mas como ele é agora, em seu estado de ascensão.

IV. A pessoa e a obra do Espírito Santo

1. O Espírito Santo como uma pessoa da Trindade

O Espírito Santo está envolvido na obra da criação e da redenção juntamente com o Pai e o Filho. De modo particular, o encarnado Filho de Deus foi concebido pelo Espírito Santo, ungido com o Espírito Santo e investido de poder pelo Espírito Santo para cumprir seu ministério público na terra.

2. A obra do Espírito Santo na redenção

O Espírito Santo aplica a obra de redenção do Filho aos crentes individuais e os une a Cristo, sua cabeça, e uns aos outros. É o agente da adoção dos crentes na família de Deus e lhes outorga a segurança íntima de que foram escolhidos pelo poder soberano de Deus. Ele socorre, ensina, guia e conduz os crentes em conformidade com a vontade revelada e o caráter de Deus. Ele santifica os crentes produzindo neles os seus frutos e intercede constantemente por eles em oração ao Pai.

3. O envio do Espírito Santo em Pentecostes

A vinda do Espírito Santo em Pentecostes foi o início de uma nova obra de Deus na vida dos crentes, que levou à fundação da igreja cristã. Os dons revelacionais extraordinários concedidos naquela época eram sinais singulares do início de uma era messiânica e não podem ser automaticamente reivindicados nem exigidos como prova decisiva do poder de Deus em ação hoje. A continuação e os diferentes dons do Espírito Santo devem ser buscados com humildade, em conformidade com a sua vontade e para glorificar a Deus no serviço pelo bem comum da igreja.

4. O Espírito Santo e o reavivamento espiritual

O poder do Espírito Santo continua a se manifestar de formas especiais em tempos de reavivamento espiritual, que ocorrem periodicamente na vida da igreja. Esses períodos de despertar e renovação espiritual promovem a expansão do reino de Deus tornando as pessoas mais conscientes da sua pecaminosidade, fazendo-as se voltar para Deus de maneira nova e mais profunda. Nessas épocas, os crentes são lembrados da presença do Espírito Santo à medida que se tornam mais conscientes da sua operação na vida deles e dos dons que lhes concede. O reavivamento espiritual é especialmente eficaz para trazer o povo de Deus de volta para ele, mediante a reforma da igreja, que está constantemente em perigo de se desviar. Apesar disso, a obra do Espírito Santo que se faz evidente em períodos de reavivamentos espirituais está sempre presente na igreja e os crentes devem orar fervorosamente pelos seus frutos e seus dons em todas as épocas.

5. O Espírito Santo e a batalha espiritual

O Espírito Santo combate ativamente Satanás e seus demônios e protege os crentes de seus ataques. O Espírito Santo livra homens e mulheres da opressão e possessão demoníacas e equipa-os com as armas espirituais que necessitam para resistir ao poder do mal. A Bíblia proíbe os crentes de se envolverem com os poderes das trevas e suas obras.

V. A obra de salvação realizada por Deus

1. Graça comum

Deus manifesta graça comum a toda humanidade como também graça especial, pela qual as pessoas entram na salvação. Por essa graça comum, o pecado é refreado, seres humanos pecadores recebem bênçãos de Deus e são capacitados a praticar boas coisas. Essa graça comum proporciona o fundamento para a sociedade humana e possibilita o trabalho nas artes e nas ciências. É o Espírito Santo que torna possível essa obra nas artes e nas ciências, de sorte que o progresso cultural e a civilização humana são boas dádivas de Deus, tornadas possíveis a despeito da queda da humanidade no pecado.

2. A chamada e a eleição da parte de Deus

A chamada de Deus aos seres humanos é para que se arrependam e creiam. Ninguém é capaz de atender a essa chamada sem a ação do Espírito Santo. Embora muitos possam receber a mensagem pelo ouvir ou lê-la diretamente da Bíblia, ou indiretamente na literatura cristã, nem todos são escolhidos. Em vez de abandonar a raça humana na sua condição caída, Deus elegeu soberana e graciosamente alguns para a vida eterna. Somente aqueles cujos coração e mente são iluminados pelo Espírito Santo são capacitados a aceitar os dons prometidos de perdão de pecados e de aceitação por Deus.

3. A natureza da regeneração

Pela obra do Espírito Santo, o pecador morto recebe vida da parte de Deus, e a implantação dessa vida resulta numa nova orientação voltada para Deus e sua justiça. Somente o Espírito Santo é que pode realizar a mudança que produz santidade, sem a qual ninguém verá Deus. Embora essa obra de regeneração produza mudanças de caráter, os cristãos são pessoas singulares, pois, ainda que todos eles possuam o Espírito Santo, todos são diferentes. O que eles partilham em comum é a implantação de uma nova vida, significando que agora estão numa união espiritual indissolúvel com Cristo. O Novo Testamento expressa essa união ao afirmar que os cristãos estão “em Cristo”, ou seja, tornam-se “herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo”. Por estarem assim unidos em Cristo, em quem estão ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento, eles estão completos nele. Todos os crentes cristãos têm o Espírito de Cristo e estar em união com Cristo também significa que mantêm um relacionamento vital uns com os outros. Eles partilham de uma salvação comum e têm objetivos e aspirações comuns.

4. Os efeitos da regeneração

A obra de Deus na regeneração não precisa de repetição. Tendo sido justificados por Deus, os cristãos manifestam essa mudança de estado pela mudança da sua condição espiritual. A conversão marca o início consciente de uma nova vida, de sorte que os crentes procuram viver em conformidade com a sua nova natureza, pondo suas afeições nas questões espirituais e eternas. No âmago da nova vida estão o arrependimento e a fé, unidos como expressão da conversão.

5. A fé

A graça de crer é dom de Deus. A fé, portanto, é o ato de receber as bênçãos da salvação pela

fé pessoal em Cristo o Salvador e pelo compromisso com ele. Essa fé é o instrumento pelo qual a revelação divina e todas as bênçãos prometidas são apoderadas, recebidas e desfrutadas. É a convicção de que a mensagem da Bíblia é verdadeira e que a apropriação pessoal dos méritos e da obra de Cristo é essencial. A fé verdadeira repousa sobre seu objeto, Cristo Jesus, abraçando-o como Salvador, e por um ato de comprometimento a alma descansa somente nele para a salvação.

6. A Justificação

A justificação é o ato de Deus que se segue à chamada eficaz realizada pelo Espírito Santo e a consequente resposta do pecador com arrependimento e fé: “aos que chamou, a esses também justificou”. Na justificação, Deus declara os pecadores justos à sua vista, considerando seus pecados como perdoados e contando a justiça de Cristo como pertencente a eles. A justificação não é uma simulação da parte de Deus de que os pecadores são justos quando na verdade são culpados. Para que a justificação seja verdadeira e consistente com a santidade de Deus, é indispensável que tenha um fundamento meritório. É absolutamente preciso que exista retidão para que Deus seja justo na sua declaração de justificação. Os pecadores são justificados como base na retidão suprida por outro, a retidão do Senhor Jesus Cristo, a qual é considerada como pertencente a eles. Essa imputação da justiça de Cristo é fundamental para a fé cristã.

7. A justiça de Cristo é a base da nossa justificação

A justiça de Cristo abrange sua vida de perfeita obediência a todo mandamento da lei de Deus e sua morte na cruz, pela qual suportou o castigo da ira santa de Deus por causa dos pecados de todo seu povo; uma obra selada pela sua ressurreição triunfal. Os crentes agora partilham do mesmo estado de retidão de Cristo, que satisfaz todas as exigências da lei de Deus em lugar e em favor deles. O fundamento da justificação do pecador é exclusivamente a perfeita justiça de Cristo.

8. A harmonia entre Paulo e Tiago em seus ensinamentos sobre a justificação

Não há conflito entre o ensinamento de Paulo e o de Tiago quanto à justificação. Paulo refere-se à justificação como perdão e aceitação diante de Deus; Tiago insiste que, se essa justificação for real, ela se manifestará numa vida de obediência.

9. A adoção dos crentes em Cristo

A posição do Senhor Jesus Cristo como eterno Filho unigênito de Deus é de natureza única. Apesar disso, ele não se envergonha de chamar aqueles a quem salvou de irmãos e irmãs. Esses filhos adotivos de Deus são herdeiros da herança que Cristo lhes assegurou, a plena medida das bênçãos de redenção, e por isso são descritos como “herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo”.

Como filhos de Deus, os crentes partilham de todas as bênçãos supridas por Deus para sua família e, pelo testemunho interno do Espírito Santo, reconhecem e se dirigem a Deus como Pai. Eles são alvo do amor de Deus, da sua compaixão e do seu zelo por suas necessidades. Os filhos de Deus têm também o privilégio de partilhar dos sofrimentos de Cristo e da sua subsequente glorificação. Um privilégio adicional dos filhos de Deus, o que confirma a adoção deles, é provarem do castigo paternal de Deus. A eles se assegura que “Deus vos trata

como filhos; pois que filho há que o pai não corrige?”. A unidade dos filhos de Deus em um corpo é também um privilégio a ser desfrutado e uma responsabilidade que requer amor e ministério mútuos.

As plenas bênçãos da adoção só serão desfrutadas no retorno glorioso do Senhor Jesus Cristo. A adoção tem uma dimensão atual, mas também uma dimensão escatológica, que é um elemento de esperança cristã. Assim, “nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo”. A adoção só estará completa quando Cristo der novos corpos ao seu povo na ressurreição e os crentes desfrutarão “a liberdade da glória dos filhos de Deus” com a criação renovada.

10. A obra de santificação do Espírito Santo

O Espírito Santo trabalha na vida dos que foram justificados e adotados para fazê-los santos e transformá-los à semelhança de Cristo. A obra de Deus nos crentes inclui a vontade de fazer e de cumprir aquilo que ele requer. A obediência ativa aos mandamentos de Deus é essencial. A santificação exige a mortificação de tudo quanto é pecaminoso na vida humana e o desenvolvimento de novos hábitos piedosos e padrões de pensamento e de vida.

11. O atingimento da perfeição cristã

Durante a vida presente nenhum crente está inteiramente livre do pecado, além disso a santificação progride em ritmos variáveis. A disciplina de Deus sobre seus filhos amados também serve para os santificar. A obra de santificação será completada pelo poder e graça de Deus. O espírito é plenamente santificado na morte, reunindo-se “aos espíritos dos justos aperfeiçoados”. Na ressurreição, o corpo do crente partilhará dessa perfeição, sendo feito semelhante ao corpo glorioso de Cristo. Por fim, todo crente trará plenamente “a imagem do [homem] celestial”.

VI. A vida cristã

1. Espiritualidade autêntica

A espiritualidade cristã é um processo que dura uma vida inteira de reverência e amor profundos a Deus e se traduz no correto relacionamento com o próximo. Espiritualidade cristã é piedade prática, que leva à transformação à semelhança de Cristo. Não é direcionada para a própria pessoa, nem para a busca de uma força impessoal, nem para o atingimento de estados alterados de consciência. É o crescimento na união da aliança com o Deus Trino e na comunhão sempre crescente com o povo de Deus no mundo. É o resultado de uma regeneração sustentada e governada pelo Espírito Santo.

2. Os meios de piedade

O Espírito Santo produz piedade em nós pela aplicação da Palavra de Deus ao nosso coração e mente, ensinando-nos obediência, unindo-nos na comunhão corporativa de todos os crentes, na verdadeira adoração a Deus, no nosso testemunho ao mundo, em provações e sofrimentos, e na confrontação com o mal.

3. Os resultados da piedade

Os resultados da piedade incluem mente, coração, palavras e ações transformados, consagração e uma vida que progride continuamente à semelhança da imagem de Cristo. A piedade produz ao longo da vida um crescimento em autonegação, um diário “tomar a nossa cruz” e seguir a Cristo mediante a prática do amor, do perdão, da mansidão, da compaixão e da bondade para com todos, especialmente os da família cristã. Envolve a rendição continuada de nós mesmos em devoção total a Deus, experimentando alegria indizível, temor filial, reverência abnegada, amor ardente, compaixão e ousadia com autocontrole, equilibrados com humildade, respeito, temor, contentamento, confiança semelhante à de crianças, obediência, esperança imorredoura e a paz de Deus em face de provações, aflição e dor.

4. Experiências espirituais

Uma vida espiritual centrada em Deus recebe essas experiências espirituais como um dom do Espírito Santo. Na medida em que buscamos nos aproximar do Deus Trino, somos lembrados de que vivemos sempre na sua presença seja onde for. Assim, pois, somos motivados a cumprir o nosso chamado para sermos instrumentos da sua graça transformadora em qualquer lugar que a sua providência nos tenha colocado. O deleite na nossa união pactual com Deus nesta vida é apenas o antegosto da glória da comunhão com Deus na era por vir.

VII. As Escrituras Sagradas

As Escrituras são inspiradas por Deus, sendo escritas quando os homens falavam da parte de Deus, quando eram conduzidos pelo Espírito Santo. As Escrituras são a Palavra de Deus e são absolutamente confiáveis. Do modo como foram dadas originalmente não têm erro nenhum em tudo quanto afirmam, isso é uma doutrina denominada de “inerrância bíblica” por muitos teólogos Reformados. Deus superintendeu a escrita delas de sorte que são precisamente o que ele pretendia que fossem. Ao escolher usar seres humanos, Deus não neutralizou a humanidade deles nem lhes ditou as Escrituras. Elas, portanto, exprimem a história pessoal e o estilo literário de cada autor e as características do período em que foram escritas, ao mesmo tempo que continuam a ser em todos os aspectos a Palavra do próprio Deus.

2. As Escrituras são reconhecidas mediante a obra de Deus, o Espírito Santo

As Escrituras apresentam-se a nós com muitas qualidades excelentes e louváveis, mas, em definitivo, nossa persuasão e segurança plenas da sua verdade infalível e autoridade divina procedem do Espírito Santo que, pela Palavra e com a Palavra, testemunha em nosso coração. É ao crente habitado pelo Espírito Santo que as Escrituras manifestam a sua autenticidade como Palavra de Deus. A igreja cristã recebeu a Bíblia hebraica e o Novo Testamento grego dessa maneira e foi capacitada para reconhecê-los como seu cânon autoritativo. A autoridade das Escrituras não depende da igreja nem de nenhuma outra fonte, senão o próprio Deus.

3. As Escrituras são compreendidas mediante a operação de Deus, o Espírito Santo

As Escrituras têm uma clareza fundamental, mas somente o crente cristão pode receber e entender seu sentido e significado espirituais, por ter acesso à mente de Cristo. A queda da humanidade em pecado afetou tanto a mente como a vontade e as emoções. A cegueira espiritual na qual os seres humanos incorreram impossibilitou-os de entenderem as coisas de Deus sem a obra do Espírito Santo. Quando os seres humanos são eficazmente chamados e regenerados, o Espírito Santo passa a abrir as Escrituras ao seu entendimento. Em sua sabedoria, o Espírito Santo revela-nos o verdadeiro significado da revelação de Deus.

4. As Escrituras são aplicadas por Deus, o Espírito Santo

Deus traz para si homens e mulheres pela pregação da sua Palavra. O Espírito Santo usa a pregação, o ensino e o estudo das Escrituras para nos tornar sábios para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus e para nos dar a mente dele. Seja pregada ou lida, as Escrituras são proveitosas para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a educação na justiça, para que sejamos habilitados para toda boa obra e manifestemos um estilo de vida que honre a Deus. Assim, pois, as Escrituras fornecem o fundamento, a confirmação e a norma da nossa fé.

5. As pressuposições que regem a interpretação da Escritura

A Escritura Sagrada é a Palavra de Deus e, portanto, não pode contradizer a si mesma. Nossa leitura, interpretação, entendimento e aplicação dela são influenciados em vários graus e níveis pelas nossas convicções prévias ou pressuposições acerca de Deus e da Bíblia. A fim de entendê-la corretamente, é necessário estar conscientes de nossas pressuposições e examiná-las à luz do texto bíblico, para que possamos reformá-las e levá-las à concordância mais íntima com o sentido do texto em si. Uma vez que as Escrituras reivindicam origem e inspiração divinas, somente os métodos de interpretação que levam a sério tal reivindicação podem chegar ao seu sentido verdadeiro.

6. A clareza da Escritura

A necessidade do estudo erudito da Bíblia em suas línguas originais não solapa a clareza da autoridade divina nem a fidedignidade da Escritura. As verdades necessárias à salvação são expressas com tanta clareza que os leitores, tanto cultos quanto incultos, podem e devem entendê-la. A mensagem da Escritura deve ser exposta à luz das filosofias e opiniões que desafiam e se opõem às suas pressuposições. Ao se defender a cosmovisão bíblica de tais oponentes, a clareza da Escrituras é alcançada, não só pela comparação cuidadosa de um texto bíblico com outro, mas também pela investigação do significado de seu oposto.

7. Os métodos apropriados de interpretação

A Bíblia é a Palavra de Deus e por isso deve ser lida em humilde submissão e oração pela iluminação do Espírito Santo. Visto que foi escrita em linguagens humanas dentro de contextos culturais, sociais e temporais, seu significado deve ser buscado pelo uso de regras gerais de interpretação e pelo auxílio dos campos relacionados, tais como a arqueologia, a história, a crítica textual e o estudo das línguas originais. Todos esses métodos devem levar em consideração sua origem divina, infalibilidade e caráter humano.

8. O significado do texto bíblico

O texto bíblico pode ter muitas aplicações práticas e significações diferentes, mas o seu significado primário é normalmente determinado pelo uso criterioso de princípios históricos, gramaticais e históricos redentores já esboçados no parágrafo precedente. Interpretações alegóricas, espirituais e figurativas não têm autoridade, a menos que sejam especificamente aprovadas pelo próprio texto.

9. A universalidade da verdade e suas aplicações

A verdade de Deus revelada na Escritura é universal, eterna e relevante para todas as culturas, épocas e povos. Nada obstante, pode haver várias e diferentes aplicações dessa verdade. Ao contextualizar a Palavra de Deus, a igreja deve distinguir entre os princípios bíblicos, que são as manifestações eternas e universais da verdade de Deus, e as implicações práticas desses princípios, que podem variar em contextos diferentes. A igreja deve sempre se certificar que suas aplicações sejam extensões legítimas e apropriadas dos princípios fundamentais e imutáveis.

10. O padrão normativo da autorrevelação de Deus em tempos pós-bíblicos

Uma vez que o cânon do Novo Testamento está finalizado, o padrão normativo tem sido Deus falar conosco nas, e pelas, Sagradas Escrituras com a iluminação do Espírito Santo, o qual habita em nosso coração e nos revela tanto o Pai como o Filho. Os que ouvem a voz do Espírito recebem a herança que nos foi prometida no Filho, e com o seu auxílio cumprem a vontade do Pai em suas vidas. É para nos ensinar o que isso significa, e para nos guiar na medida em que buscamos pôr em prática a vontade de Deus, que o Espírito Santo nos deu textos escritos, para nos informar, desafiar e animar ao longo do caminho. Em acréscimo ao Antigo Testamento, esses textos são a revelação dada aos seguidores de Cristo, pela ou com a aprovação dos doze discípulos, que o viram depois que ressuscitou dos mortos e que foram designados por ele para liderar e instruir a igreja. Os textos foram colecionados pelos primeiros cristãos, que os reconheciam como portadores da plena autoridade do próprio Deus, e foram agrupados como o Novo Testamento. Nenhum mestre ou igreja cristã tem o direito de insistir em crenças que não estejam contidas na Escritura, nem podem interpretar nenhuma delas de maneira que contradiga aquilo que Deus revelou de si mesmo em outra parte da Escritura.

VIII. A Igreja

1. Sua natureza

A igreja é tanto a companhia invisível de todos os cristãos (conhecida somente por Deus) como a igreja visível sobre a terra e suas muitas comunidades. A igreja é o Corpo espiritual e sobrenatural de Cristo, o Cabeça da igreja. Cada cristão está unido a Cristo e ligado a todos os outros cristãos por meio de Deus, constituindo assim a igreja. Na vida da única igreja santa, católica e apostólica, a adoração a Deus, a comunhão, as Sagradas Escrituras, os sacramentos e a missão, são centrais.

2. Os ministérios da igreja

A Escritura faz referência a alguns ministérios que Deus concedeu à igreja em diferentes épocas: apóstolos, profetas, presbíteros, diáconos e evangelistas. Hoje, em cada igreja local deve haver presbíteros e diáconos. Os presbíteros devem ser pastores, supervisores e exemplos, alguns deles devem se consagrar à pregação e ao ensino. Os diáconos devem cuidar dos pobres e necessitados e providenciar o suprimento das necessidades práticas, financeiras e estruturais da igreja. Assim como o presbiterato, esse é um ofício espiritual que exige qualidades espirituais.

3. A adoração a Deus

A responsabilidade primária da igreja é a adoração a Deus. A natureza e o conteúdo dessa

adoração são determinados pelo próprio Deus, conforme nos são revelados na Escritura. A adoração deve incluir o cântico de louvor a Deus, a leitura e a pregação da Escritura e a oração.

4. A autonomia da congregação local

Cada congregação de crentes tem certo grau de autonomia sob a regência dos presbíteros, mas há também uma unidade mais ampla com todas as outras congregações. Essa conexão foi expressa de diferentes modos, em diferentes épocas e em diferentes partes da igreja.

5. Os sacramentos

O sacramento é um sinal externo e visível de uma graça interna e espiritual. Foi instituído por Cristo e é representante da sua obra. As igrejas Protestantes reconhecem apenas dois: o batismo e a Ceia do Senhor (ou Eucaristia ou Santa Comunhão). Eles são quase sempre identificados com os dois sacramentos da igreja do Antigo Testamento: circuncisão e Páscoa. O batismo é um rito de iniciação na igreja cristã. Deve ser administrado pelo uso de água. A Ceia do Senhor aponta para a morte de Cristo na cruz, usando pão e vinho como símbolos do corpo e do sangue de Cristo. A Ceia do Senhor também proporciona aos crentes uma oportunidade para o fortalecimento da fé, a comunhão em Cristo e a nutrição espiritual, ao mesmo tempo que anuncia a morte do Senhor até que ele venha.

IX. A Tradição

1. A existência e validade das tradições apostólicas

Toda igreja cristã vive de acordo com a regra de fé herdada da era apostólica. As Sagradas Escrituras são a única forma autêntica e normativa dessa regra, pela qual todas as demais crenças e práticas devem ser medidas. É indubitável que as igrejas apostólicas tinham costumes que não estão registrados na Escritura nem são ordenados por ela, todavia essas tradições não são obrigatórias às gerações posteriores de cristãos. De modo semelhante, embora seja possível que algum dia se redescubram escritos apostólicos perdidos, eles não serão considerados como Sagradas Escrituras, porque não foram transmitidos desde os tempos apostólicos como parte da regra normativa.

2. A autoridade dos credos e das confissões

No curso da sua história, a igreja tem adotado credos e confissões de fé com a finalidade de esclarecer o ensinamento da Escritura. Esses documentos, e outras decisões semelhantes de vários organismos eclesiais, desfrutam da autoridade possuída por aqueles que os adotaram e devem ser assim considerados e respeitados pelas gerações posteriores. No entanto, eles não são infalíveis e onde for possível provar que estão em desacordo com o ensinamento da Escritura ou que seu ensinamento pode ser mais claramente expresso de maneira diferente, a igreja tem a liberdade de alterá-los de modo adequado.

3. A reação dos reformadores às tradições herdadas

Os reformadores do século 16 empreenderam uma avaliação completa das tradições da igreja e abandonaram aquelas crenças e práticas claramente contrárias ao ensino espiritual. Alguns foram mais longe e descartaram tradições que não tinham o amparo da Escritura, embora não

fossem também necessariamente contrárias a ela. Um exemplo disso foi a comemoração do Natal em 25 de dezembro, que não tem nenhum fundamento bíblico mas testemunha claramente da doutrina do Novo Testamento acerca da encarnação de Cristo. Tradições desse tipo podem ser preservadas, modificadas ou descartadas a critério da igreja local, desde que por isso não fique comprometida nenhuma doutrina bíblica.

4. Modelos de culto e de governo eclesial

Cada igreja desenvolveu padrões de culto e de governo que ao longo do tempo se converteram em tradições por si mesmos. Até onde essas práticas não forem contrárias ao ensinamento da Escritura e continuarem a cumprir a tarefa para a qual foram inicialmente imaginadas não há razão para não serem preservadas. Nada obstante, cada igreja local tem a liberdade de modificar essas tradições conforme as considerar apropriadas. De modo particular, as igrejas que surgiram da atividade missionária estrangeira podem ter herdado dos missionários práticas não facilmente adotadas pelos nativos. Igrejas assim têm a responsabilidade de examinar o fundamento bíblico dos costumes transplantados e devem ser motivadas a modificá-los, se essa mudança puder tornar o testemunho do evangelho mais eficaz nas circunstâncias delas. Apesar disso, nenhuma igreja deveria abolir, modificar ou adotar nenhuma tradição ou prática sem considerar o efeito que tal mudança pode ter no testemunho da comunidade cristã como um todo.

5. A preservação apropriada de certas tradições

Algumas tradições tornaram-se tão profundamente arraigadas e universais no mundo cristão que alterá-las poderia não alcançar nada e levar a divisões desnecessárias no seio da igreja. Um exemplo disso é o costume de adorar a Deus no domingo que, embora claramente praticado na igreja primitiva, não é especificamente ordenado no Novo Testamento. Há circunstância em que sociedades cristãs particulares, por exemplo em certos países muçulmanos, acham mais conveniente cultuar em outro dia da semana, mas nenhuma igreja deve assumir para si a responsabilidade de abandonar o culto aos domingos só porque não é requerido especificamente pela Escritura. Nesses casos, a unidade visível do mundo cristão deve ser mantida, se com isso não se comprometer nenhum princípio teológico.

X. Missão e evangelismo

1. Nosso chamado para sermos testemunhas de Deus com palavras e obras

Nossa missão no mundo decorre da nossa paixão pela glória de Deus e de nossa certeza da vinda do seu reino. A igreja, como comunidade de Cristo, é o instrumento de Deus para o evangelismo, que é a pregação e o partilhar do evangelho de Jesus Cristo, por meio de palavras e obras, segundo o qual Cristo morreu pelos nossos pecados e foi ressuscitado dos mortos conforme as Escrituras e que ele, como o Senhor que reina, nos oferece agora perdão de pecados, vida eterna e os dons do Espírito para todo aquele que se arrepende e crê. Em obediência à comissão do nosso Deus, temos de oferecer duas mãos a todas as pessoas: (1) a mão que as chama ao arrependimento, fé e reconciliação eterna com Deus por meio de Cristo, e (2) a mão que manifesta ações de misericórdia e compaixão, estendendo a bondade do reino de Deus sobre a terra no nome de Cristo. Esse é o exemplo que o próprio Cristo nos deu e que anuncia que nos conformamos à imagem de Cristo e recebemos o Espírito Santo como primícias e penhor da nova criação de Deus.

2. A ampliação do chamado à missão

Nossa proclamação do evangelho tem consequências sociais, uma vez que chamamos pessoas ao amor e ao arrependimento em todas as áreas da vida. De modo semelhante, nosso envolvimento social tem consequências evangelistas à medida que testemunhamos da graça transformadora de Jesus Cristo. Se ignorarmos o mundo, traímos a grande comissão pela qual Deus nos envia para servir ao mundo. Se ignorarmos essa comissão, não temos nada para levar ao mundo. Nossa obediência a Deus aviva o nosso zelo por missões, fazendo-nos confiar totalmente nele. Isso torna nosso testemunho igualmente ousado e amável, e atrai a atenção dos incrédulos.

3. A compaixão dos cristãos pelo mundo

Reiteramos a grande necessidade de os cristãos se revestirem de compaixão em nome de Cristo, em meio de pobreza, enfermidades, injustiças e todas as formas da miséria humana. Preocupamo-nos por haver milhões de pessoas neste mundo vivendo em pobreza desesperada. No chamado para nos revestirmos de compaixão, somos chamados para caminhar com o pobre e transmitir a graça de Deus com uma qualidade de vida espiritual que nos permita penetrar na comunidade que sofre, não como salvadores, mas como servos de Cristo, o Salvador.

4. A transformação da comunidade humana

Entendemos que a transformação da comunidade humana seja a reversão completa, na totalidade da vida e da Terra, dos efeitos do pecado, que alienaram homens e mulheres de Deus, de si mesmos, dos outros, do ambiente e da restauração da ordem de Deus na criação. A intenção de Deus é que todos os seres humanos sejam plenos portadores da sua imagem. Tal tarefa começa nesta vida, mas só será completada quando Cristo retornar em glória no fim dos tempos. Ela visa a transformar a cultura do pecado e a sociedade na qual vivemos e a construir uma nova cultura e uma nova sociedade em conformidade com a natureza do Reino de Deus, que foi inaugurado por Cristo.

XI. Lei e ética

1. A lei natural

A lei de Deus é a expressão do seu amor e revela as suas exigências de justiça para a raça humana. Foi escrita no coração dos seres humanos na criação e, apesar da queda no pecado, os seres humanos, mediante a própria consciência, ainda têm certo conhecimento de suas exigências. No Éden, Deus também revelou sua vontade aos seres humanos de modo verbal na ordem para que não comessem da árvore do conhecimento do bem e do mal.

2. A lei de Moisés

A lei mosaica continha elementos cerimoniais que prefiguravam a pessoa e a obra de Cristo e a vida de sua igreja, os quais estão agora plenamente cumpridos. A lei também continha elementos jurídicos que moldavam a vida civil de Israel e fornecia princípios de justiça que devem ser refletidos na vida e nas leis das nações. Os elementos morais da lei continuam a fornecer o modelo de uma vida piedosa. A lei de Deus mostra aos pecadores o seu pecado e aponta-lhes Cristo como único Salvador. A lei, além disso, provê uma medida de restrição da

expressão do pecado na sociedade. Serve também de guia para a vida dos cristãos, ao serem renovados à imagem de Cristo, revelando tanto o pecado que se deve odiar como a retidão que se deve buscar com fervor.

3. Cristo como o cumprimento da lei

Cristo cumpriu as exigências da lei, fazendo-se maldição em favor do seu povo escolhido. Aqueles que foram trazidos à fé em Cristo expressam seu amor pelo Senhor na obediência aos seus mandamentos segundo a capacitação do Espírito Santo.

4. Ética matrimonial e sexual

O casamento como monogamia heterossexual foi instituído por Deus, com o marido e a mulher deixando suas próprias famílias e unindo-se um ao outro num relacionamento para toda a vida. Os desejos sexuais devem ser satisfeitos dentro dessa união, e os filhos nascidos nela devem ser cuidados e nutridos no conhecimento e na prática cristãs. Em razão da pecaminosidade humana, ocorrem desvios desse padrão. A Bíblia desautoriza os relacionamentos sexuais fora dos laços do casamento, bem como as uniões de mesmo sexo. A dissolução do casamento pelo divórcio é permitida em caso de adultério ou se os incrédulos abandonarem irreversivelmente seus cônjuges cristãos. O homem é descrito na Escritura como o “cabeça” da mulher, assim como Cristo é o “cabeça” do homem e Deus o “cabeça” de Cristo. A autoridade na família e na igreja é demonstrada amando-as como Cristo amou a igreja.

5. Planejamento familiar

O planejamento familiar é aceitável, embora a contracepção por meios como a ingestão de pílula após a concepção ou pelo aborto do feto é realmente a destruição de uma nova vida. Quanto aos casais casados que enfrentam dificuldade para conceberem, a fertilização *in vitro* (FIV) é uma opção possível, embora o uso de doadores de sêmen ou de mães de aluguel não o seja, pois essas práticas, embora medicamente viáveis, intrometem-se na relação conjugal. Experiências com embriões humanos é destruição de vida humana, bem como experiências com humanos adultos que possam resultar em doença, incapacitação ou mesmo em morte. Embora a clonagem de humanos (“transferência de núcleos de células somáticas”) seja tecnologicamente possível, nem a “clonagem reprodutiva” nem a “clonagem terapêutica” se ajustam ao modelo bíblico no qual o sexo e a procriação fazem parte da relação pactual do casamento. As descobertas científicas humanas, embora intrinsecamente boas, podem ser usadas em desafio à ordem moral de Deus para o seu mundo. A vida e a capacidade de gerar filhos têm de ser vistas como dons de Deus, os quais são soberanamente concedidos.

6. A prolongação da vida

O corpo humano está sujeito a várias doenças e a medicina moderna tem a capacidade de socorrê-lo com os tratamentos, as operações e as drogas medicinais apropriadas. Os transplantes de órgãos são extensões legítimas dessas intervenções médicas para curar doenças ou prolongar a vida.

7. A terminação da vida

Da mesma maneira que a criação de uma nova pessoa é ato de Deus, assim também é ele

quem determina o fim da vida de uma pessoa. Tanto a origem como o término da vida estão sob seu controle soberano. Conquanto as drogas possam ser usadas para aliviar a dor, não devem contudo ser usadas para pôr termo à vida humana, nem devem ter o propósito de ser usadas para causar prazer individual nem para induzir a estados extrassensoriais. Embora a tecnologia moderna permita que alguém seja mantido vivo artificialmente, mesmo quando não há evidência de atividade cerebral, nesse caso, desligar tais equipamentos não é errado.

XII. Escatologia

1. O plano eterno de Deus

Desde o exato princípio do tempo havia uma promessa de completude no final do período probatório de Adão, o descanso do Sábado de Deus, e a promessa de vida eterna procedente da árvore da vida. Tudo isso antecipava a intenção de Deus de aperfeiçoar aquilo que ele tinha feito muito bom. Paulo via a ressurreição (ou recriação) do último Adão como o cumprimento da criação do primeiro Adão antes da Queda. A história da redenção é consequência dos propósitos salvadores de Deus e culminou na vida e morte do Salvador, na conquista da salvação para as nações e na recriação escatológica do céu e da terra. No tempo presente, aqueles que estão unidos a Cristo já sentiram o poder do mundo porvir pelo Espírito que vive neles. Mesmo que provem a morte, já têm uma ideia da ressurreição futura.

2. O estado de morte

Imediatamente após a morte, as almas dos seres humanos voltam para Deus, ao passo que seus corpos são destruídos. Eles não caem num estado de sono. As almas dos salvos entram num estado de perfeita santidade e alegria na presença de Deus e reinam com Cristo, enquanto esperam a ressurreição. Essa felicidade não é impedida pelas suas lembranças da vida na terra, uma vez que agora consideram todas as coisas à luz da perfeita vontade e do plano de Deus. Elas não têm nenhum poder para interceder pelos vivos nem se tornam mediadoras entre eles e Deus. As almas dos perdidos não são destruídas após a morte, mas entram num estado de sofrimentos e de trevas, lançadas fora da presença de Deus, enquanto aguardam o dia do juízo. Após a morte, nem as almas dos salvos nem as dos perdidos podem retornar à terra dos vivos. Todas as experiências atribuídas à ação de almas desencarnadas têm de ser imputadas ou à imaginação humana ou à ação de demônios.

3. A segunda vinda de Cristo

A ressurreição de Cristo, seguida do envio do Espírito Santo, inaugurou uma nova era, que a Escritura denomina de últimos dias. O cristão neste tempo presente vive na realidade “semiescatológica” do “já”, da obra consumada por Cristo, e do “ainda não”, da consumação futura. Um dia Cristo voltará a este mundo de maneira visível, no corpo glorioso da sua ressurreição, de maneira que todo o mundo o verá. Ele virá em poder, com os santos e seus anjos, para julgar todos os seres humanos e concluir o estabelecimento do reino de Deus. As Escrituras nos exortam vigorosamente a estar prontos para a vinda de Cristo; no entanto, não nos dão um calendário nem sinais de quando poderá ser. A igreja é encorajada a orar pela volta de Cristo e a apressá-la pela pregação do evangelho a todo o mundo.

4. A ressurreição dos mortos

Os mortos que pertencem a Cristo serão ressurretos pelo seu poder, com corpo semelhante ao

dele e apropriado para o estado eterno de comunhão com Deus e gozo perpétuo. Quanto aos perdidos, eles também serão ressuscitados, mas para o juízo e o castigo eterno. Esse destino deveria nos fazer tremer e temer e nos impulsionar a pregar o evangelho da graça salvadora de Deus a todas as nações. A identidade pessoal tanto dos salvos como dos perdidos será a mesma que tinham na terra, mas seus corpos serão transformados em suas substâncias e propriedades.

5. O juízo final

Cristo retornará a este mundo como seu juiz, pois é o Filho do Homem e o Rei que reina sobre ele eternamente. Ele julgará os vivos e os mortos e não mostrará nenhum favoritismo nem parcialidade. Os eleitos serão declarados justificados por conta da morte e ressurreição de Cristo em favor deles, e serão convidados a entrar no reino eterno. Os ímpios e réprobos serão condenados justamente por causa de seus pecados e iniquidades e lançados fora da sua presença, juntamente com Satanás e os demônios. Enquanto isso não ocorre, os cristãos devem apoiar todos os esforços legítimos para trazer justiça a este mundo, sabendo que a justiça plena e perfeita será cumprida no fim dos tempos. Quanto às recompensas que Cristo prometeu ao seu povo, as Escrituras dizem pouco, mas o suficiente para nos dar motivação adicional para a obediência e fidelidade.

6. O milênio

O intervalo entre a exaltação de Cristo e a sua segunda vinda, ou seja, o tempo presente em que as boas novas do evangelho e suas bênçãos são dadas a conhecer às nações, tem sido reconhecido pela maioria das igrejas como o milênio referido nas Escrituras. Alguns, entretanto, apegam-se ao período literal de mil anos de governo de Cristo sobre a terra, após a vinda de Cristo. O tempo presente sofre ainda os efeitos do pecado e rebelião humanos e o poder de Satanás. Manifestações do mal ocorrerão no mundo, juntamente com expressões do reino de Cristo, até que ele volte em glória.

7. A nova criação

Após a volta de Cristo, Deus recriará o universo físico, e seu povo ressurreto, investido de imortalidade e perfeição, viverá sob o governo de Cristo neste novo céu e nova terra para sempre.

8. Interpretações diferentes de questões escatológicas

Os cristãos concordam acerca dos eventos principais que constituem as últimas coisas, mas nem sempre a respeito de sua consequência e natureza. As últimas coisas devem ser discutidas com humildade, lembrando-nos que foi somente quase sempre depois que as profecias se cumpriram que o povo de Deus as entendeu.